



# COINTER PDVL 2023

X CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS  
Edição Presencial Recife (PE) | 29, 30 de nov a 1 de dez  
ISSN: 2358-9728 | PREFIXO DOI: 10.31692/2358-9728

## A RELEVÂNCIA EDUCACIONAL NA INTERAÇÃO ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE SURDA

Apresentação: Pôster

Maria Wilma Pereira<sup>1</sup>; Jaqueline Costa da Silva<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A relação Escola e Comunidade Surda é um assunto muito pertinente para refletirmos de acordo com o atual cenário educacional vivenciado. Pois, não adianta implementar metodologias, teorias e modelos pronto de como funciona o âmbito educacional, sem nos atentar a realidade específicas de determinado ambiente educacional, sem levar em consideração diversos fatores fundamentais e essenciais para o funcionamento adequado da unidade escolar; como o cultural, econômico e o social.

A educação de pessoas surdas é um tema bastante preocupante, conforme a legislação assegura que tal direito ao educando surdo de escolarização inclusiva, de forma que a comunicação entre aluno e escola aconteça dentro da sua língua materna a Libras, porém ainda nos deparamos com práticas que muitas vezes não condiz com que está assegurado por lei.

Diante de tal realidade, o projeto executado dentro da comunidade escolar só tem a contribuir para a socialização de todos os indivíduos pertencentes da unidade educacional, assim, diversas têm sido as formas de realização da inclusão perante a comunidade educativa. Todavia, é inegável que a maioria dos alunos surdos sofreu uma escolarização pouco responsável. Este trabalho pretende, então, a partir de uma pesquisa apresentar a experiência de inclusão do aluno surdo com seu espaço educacional em uma escola regular, com a presença de intérprete de língua de sinais.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação das pessoas Surdas sempre foi algo que trouxe muitas discussões e pontos de vistas diferentes, por muito tempo eram vistas como seres incapazes, eram rejeitados, sacrificados e morto. A história da educação dos surdos vem evoluindo, antigamente não se existiam escolas para surdos e eles nem podiam frequentar um ambiente voltado para

<sup>1</sup> Especialista em Língua Brasileira De Sinais, UNIVERSO, [mwpwilma@gmail.com](mailto:mwpwilma@gmail.com)

<sup>2</sup> Especialista em tradução e interpretação em Libras, UFPE, [jaqueline.costal@ufpe.br](mailto:jaqueline.costal@ufpe.br)

educação, todo esse preconceito esteve ligado a respeito da língua, a sociedade classificava os sujeitos surdos como “anormais” ou “doentes”, como nos afirma Goldelf.

A ideia que a sociedade fazia sobre os surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonados ou sacrificados. Até mesmo na bíblia pode-se perceber uma posição negativa em relação à surdez (2002, p.27).

Ao passar dos anos, os surdos começaram a ganhar seu espaço na sociedade e começaram a surgir escolas para sua educação, no entanto houve um período no qual a língua de sinais foi proibida.

A proibição da Língua de sinais por mais de 100 anos sempre esteve viva nas mentes dos povos surdos até hoje, no entanto, agora o desafio para o povo surdo é construir uma nova história cultural, com o reconhecimento e o respeito das diferenças, valorização de sua língua, a emancipação dos sujeitos surdos de todas as formas de opressão ouvintistas e seu livre desenvolvimento espontâneo de identidade cultural (PERLIN e STROBEL,2008).

Mesmo com todos os impecilhos, os surdos nunca desistiram dos seus direitos e lutaram incansavelmente pelo reconhecimento da sua língua natural e conseguiram de acordo com a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como sendo a primeira língua dos surdos. Com essa conquista, a inclusão das pessoas surdas em cargos na sociedade foi tomando cada vez mais espaço como, escolas.

Mesmo tendo esse direito a inclusão em escolas de ensino regular garantidos por leis e decretos, a prática se torna bem diferente da teoria, a qualidade da educação inclusiva não ocorre como de fato é exposto na legislação para Almeida e Vitalino (2012, apud TAVARES e CARVALHO, 2010, p. 3):

A lei para acessibilidade que garante intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa durante as aulas, flexibilidade na correção das provas escritas, materiais de informação aos professores sobre as especificidades do aluno surdo etc. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades, que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los.

É através dessa interação, da participação ativa da comunidade surda com o a comunidade escolar, da militância do povo surdo que o cenário vem mudando, os professores começam a entender a forma de escrita do aluno Surdo, adaptando materiais para o uma melhor abordagem do conteúdo envolvendo todos na sala, a curiosidade dos alunos ouvintes



pela língua, a vontade de bater papo, conversas nos corredores da escola, o surgimento de novas amizades espontânea tem crescido bastante e por fim o respeito e a valorização de um povo e uma cultura que sempre foi colocada como inferior por se tratar de uma minoria predominante na sociedade.

## METODOLOGIA

O referido trabalho foi desenvolvido na escola, EREM Capitão Manoel Gomes D'Assunção, em uma turma do ensino médio com aproximadamente 45 estudantes e trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso.

O registro fotográfico (figura 1) vem mostrando a realidade do cotidiano escolar na qual o profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais juntamente com a equipe gestora elaboraram um projeto, afim de dinamizar a rotina.

**Figura 1:** Realidade do cotidiano escolar.



Fonte: Autora (2023).

O projeto foi desempenhando através de oficinas de sinais ofertada aos alunos ouvintes que não conhecem a Libras, essa oficina tem como monitores os próprios alunos surdos. Com o intuito de incentivar a comunicação e inclusão da comunidade surda na escola este projeto tem como objetivo geral: Promover a inclusão da comunidade surda na escola e como objetivos específicos: incentivar o desenvolvimento de uma cultura educacional inclusiva; conhecer a Língua de Sinais e assim respeitar a cultura Surda; Incentivar a comunicação da comunidade escolar em língua de sinais.

Desse modo, essa pesquisa exploratória e bibliográfica vem contribuir de forma significativa para a interação de ambos, tanto no tocante da comunidade escolar ouvinte



como a participação da comunidade surda, resolvendo um problema inevitável dentro do espaço escolar de forma que esse contato é saudável para o ambiente educacional, aguçando o corpo discente e docente a procurar entender um pouco melhor sobre o indivíduo surdo e suas especificidades, assim consequentemente tornar um ambiente prazeroso e motivador do conhecimento para todos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante de todo processo de pesquisa exploratória e bibliográfica constatamos que muito ainda há para ser realizado pela sociedade, pois temos uma legislação como a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a língua de sinais brasileira, e mais recente Decreto 5626/05, que regulamenta as leis 10.098/94 e 10.436/02 e orienta ações para o atendimento à pessoa surda) e este conhecimento não têm sido suficientes para propiciar que o aluno surdo, que frequente uma escola de ouvintes, seja acompanhado por um intérprete. Além disso, a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros.

Assim os aspectos apontados aqui neste estudo nos mostrar uma realidade muito distante da qual sonhamos em alcançar, por outro lado encontramos dados muitos satisfatórios nas nossas pesquisas exploratória, ainda assim, sabemos que são dados em uma pequena amostra, mas que se adotados pelo sistema de ensino e outros estabelecimentos de educacional, podemos minimizar alguns aspectos deste problema, em geral, favorecendo uma melhor aprendizagem para toda comunidade escolar, pois com o engajamento da unidade escolar em interagir com o povo surdo, procurando conhecer melhor sua cultura e assim respeitá-los proporcionando oportunidades de um conhecimento acessível dentro da sua língua materna.

## **CONCLUSÕES**

As pesquisas nos mostram que a relação do aluno surdo com os demais da unidade escolar só torna um ambiente sadio para ambos, se houve essa interação entre a comunidade escolar e a pessoa surda.

Assim a nossa pesquisa foi de grande relevância para nós, pois podemos compreender que as práticas acessíveis estão andando em passos lentos, mas que já é uma preocupação



de algumas entidades públicas tornar seus espaços acessível a todos. Notamos esta realidade dentro do espaço no qual foram registrados as evidências fotográficas por parte de todos que compõem a equipe gestora e corpo docente e discente da unidade escolar e cabe aqui fazer um estudo mais profundo de todo esse material, coletando amostra de outras unidades escolares, tanto na esfera federal, estadual e municipal, analisando outras cidades e revendo obras de autores como Ronice Müller de Quadros (2006) onde percebemos um vasto campo de pesquisa no que diz respeito a educação de surdos realizados pela linguista e pedagoga brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; VITALINO, C. A disciplina de libras na formação inicial de pedagogos: experiência dos graduandos. **IX ANPED SUL**- Seminário de Pesquisa em educação Região Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2429/582>> Acesso em: 20 de novembro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em 20 Nov.2020.

BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abril. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 21 out. 2020.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. CEDES**, Campinas, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622006000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 Nov. 2020.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionis-



PRINCIPAL, et al.

ta. São Paulo: Plexus, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. Idéias para ensinar português para alunos surdos / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília : MEC, SEESP, 2006. 120 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port\\_surdos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf). Acesso em 18 Nov. 2020.

PERLIN, G. KARIN, S. Fundamentos da educação de surdos, Florianópolis, 2008. Disponível em:

[https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXTO\\_BASE-Fundamentos Educ Surdos.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXTO_BASE-Fundamentos Educ Surdos.pdf). Acesso em 09 de Dezembro de 2020.

